

Na falta de salas, os presidentes das subcomissões reuniram-se no plenário

Nordestinos deixam  
siglas de lado e  
ganham subcomissão

JORNAL DO BRASIL  
- 9 ABR 1987  
Subcomissões não se  
reúnem porque falta  
método de trabalho

Brasília — O que as diferenças ideológicas não conseguiram, as diferenças regionais obtiveram, mesmo com um placar apertado, de 11 a 10: contestar o acordo entre PMDB e PFL para a distribuição de cargos nas 24 subcomissões da Constituinte, dando a vitória aos nordestinos numa disputa com os sulistas.

A articulação dos constituintes nordestinos garantiu a eleição da chapa alternativa à presidência da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, comandada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA). Numa reunião tumultuada, os membros da mais cobiçada das 24 subcomissões da Constituinte rebelaram-se contra a determinação do líder do partido, senador Mário Covas, pela qual a presidência caberia a Carlos Virgílio (PDS-CE), que então designaria o deputado gaúcho Irajás Rodrigues (PMDB) como relator.

Nem o esforço do vice-líder do PMDB, deputado Paulo Macarini (SP), pregando o respeito ao acordo, conseguiu fazer frente à reação dos nordestinos, que queriam para si o cargo de relator. O deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), designado relator pela chapa vitoriosa, frisou que houve "inflexibilidade dos líderes do PMDB" na distribuição dos cargos, reservando as posições decisivas ao Sul.

Com o resultado inesperado da eleição na Subcomissão de tributos, o PDS perdeu um dos dois cargos de presidente que lhe coubera. Ficou, apenas, com a presidência da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica (Comissão da Ordem Econômica), ocupado pelo deputado Delfim Neto (SP). O líder do partido, deputado Amaral Netto (RJ), denunciou a "traição" e pediu que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tomasse providências. Netto ameaçou, ainda revidar: "O PDS sabe retaliar", avisou.

O candidato de Covas, Irajá Rodrigues responsabilizou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, pelo episódio. Municipalista e integrante da ala progressista do partido, ele ressaltou que os governadores nordestinos desejam manter a concentração de renda nos estados, distribuindo "migalhas" aos municípios.

Brasília - No primeiro dia de trabalho das 24 subcomissões da Constituinte, 16 deixaram de funcionar por falta de um método de trabalho. Para solucionar isso, o presidente da assembléia, Ulysses Guimarães, reúne-se hoje com todos os presidentes e relatores das subcomissões para orientá-los, inclusive sobre novos prazos de funcionamento da Constituinte. O prazo de 30 dias, por exemplo, que os relatores têm para apresentar parecer, só deverá ser contado agora a partir de segunda-feira, dia 13, e não a partir de ontem, dia 8.

O embaraço técnico que retardou o funcionamento dessas comissões, muitas das quais não tiveram número suficiente para trabalhar, foi maior no caso da Comissão de Organização dos Poderes. As subcomissões do Executivo, Legislativo e Judiciário, não sabem o que fazer, visto que seus trabalhos estão condicionados ao sistema de governo que venha a ser aprovado para o país.

### Perdidos

"Estamos sem rumo", disse o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) no meio de uma discussão da Subcomissão do Poder Legislativo, onde se gastou três horas em busca de um ponto de partida para os trabalhos. O próprio relator, José Jorge (PFL-PE), não sabe ainda se põe suas idéias no papel ou se vai compilando tudo que lhe for sugerido. "Só temos um caminho: é o que diz o regimento interno da Constituinte", respondeu-lhe o senador Luís Viana Filho (PMDB-BA), que, tanto quanto Victor Faccioni, é adepto do sistema parlamentarista de governo.

Apesar disso são muitas as reclamações. "Nós até agora não sabemos o que fazer", confessou o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), ao final da reunião da Subcomissão do Poder Judiciário. "Não se pode discutir as prerrogativas do Legislativo, nem a organização do Poder Judiciário sem saber em que sistema de governo eles vão funcionar", acrescentou o senador Luís Viana Filho (PMDB-BA). Esse problema, porém, não poderá ser solucionado imediatamente.

Os constituintes aprovaram resolução proposta pelos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e César Cals Neto (PDS-CE) pedindo urgência para a definição do sistema de governo. O deputado Ulysses Guimarães já encaminhou o assunto à Subcomissão do Legislativo, cujo presidente, deputado Bocayúva Cunha (PDT-RJ), garante que essa será a primeira questão a entrar em votação no plenário.